

DA CRISE ORGÂNICA À EDUCAÇÃO POPULAR ENTREVISTA COM ADRIANA PUIGGRÓS

ADRIANA PUIGGRÓS foi secretária de educação do Ministério da Educação da Argentina entre 2019 e 2020. Exerceu cargo na constituinte (1994) e foi deputada nacional (1998-2001/2008-2015), além de ter ocupado a Secretaria de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (2001) e de ter atuado como diretora geral de cultura e educação de Buenos Aires (2005-2007). Realizou doutorado em Pedagogia pela Universidade Nacional Autônoma do México e recebeu doutorado *honoris causa* da Universidade de La Plata e da Universidade de Tucumán na Argentina. É docente da Universidade de Buenos Aires e foi pesquisadora titular do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas da Argentina (Conicet). Ela também é consultora do programa “Alternativas pedagógicas y prospectiva educativa en América Latina” (APPEAL) no México e na Argentina. Recebeu a Ordem Andrés Bello do governo da Venezuela em 2005. A entrevista foi organizada e traduzida por Felipe Ziotti Narita.

Felipe Ziotti Narita: Em um artigo publicado em 2020, você afirma que o principal desafio da educação na América Latina é educar para a emancipação e emancipar-se para educar. Você poderia, por gentileza, falar um pouco mais sobre isso? As experiências de educação popular no continente podem contribuir para a tradução dessa concepção de emancipação junto aos sistemas escolares formais?

Adriana Puiggrós: A América Latina sofreu as colonizações espanhola e portuguesa e, posteriormente, sofreu a dependência dos imperialismos britânico e estadunidense. A partir de economias agroexportadoras e mineradoras, que produziram uma alta concentração da riqueza, as sociedades latino-americanas foram submetidas a políticas contrárias aos interesses de seus povos. A educação não ficou alheia a isso e seu caráter “bancário” dispõe limitações ao pleno desenvolvimento de suas próprias forças criadoras. Por isso é preciso educar para a emancipação. Essa tarefa requer educadores com consciência social e política capazes de guiar os educandos em sua história e na história de seu povo, alimentando a criatividade tendo em vista sociedades mais justas e solidárias. Em muitas experiências rotuladas como “educação popular” surgem propostas emancipadoras, de modo que deveriam ser construídas pontes entre aquelas diversas experiências e a educação formal. Mas é importante considerar que a educação formal, em certo sentido, não deixa de ser “popular”: participam

dela milhões de crianças, adolescentes, adultos e docentes que encontram maneiras inovadoras de ensinar, ainda que haja péssimas condições de trabalho. A inclusão de comunidades nativas, gêneros, alunos com capacidades diferentes e pessoas privadas de liberdade encontra nessas experiências um terreno de realização, mas o grande valor consiste em lograr uma aprendizagem e a incorporação dessas experiências à escola comum, evitando todo tipo de marginalização e alcançando comunidades mais amplas.

Felipe Ziotti Narita: Das ideias de Simón Rodríguez aos inúmeros coletivos contemporâneos, a educação popular latino-americana tem sido um campo de múltiplas articulações para a mobilização de grupos subalternizados, conforme configurações históricas e culturais diversas. Ainda que haja muitas maneiras de organizar a prática da educação popular, quais são as principais contribuições políticas e ideológicas da educação popular na América Latina durante os 200 anos de experiências e projetos?

Adriana Puiggrós: O pensamento e as ações de Simón Rodríguez podem ser considerados o início de uma corrente democrática e popular, em termos político-educacionais e pedagógicos, que coloca no centro da questão educacional os pobres, os negros, os índios e todos os marginais e explorados. Trata-se de imaginar uma pedagogia apoiada no intercâmbio de culturas. A mencionada corrente incluiu, a partir de então, diversas influências: o liberalismo radical do fim do século XIX, a escola ativa ou escola nova, o pensamento de Paulo Freire e as experiências de educação popular. Entre suas principais contribuições estão a centralidade do sujeito da educação, a concepção da educação como um direito e o reconhecimento da íntima relação entre educação e política. Ainda assim, a enorme contribuição de Paulo Freire, ao reconhecer a educação como um vínculo cuja condição emancipadora exige dialogicidade, abriu perspectivas pelas quais começamos a transitar apenas recentemente.

Felipe Ziotti Narita: Nas décadas de 2000 e 2010, muitos países na América Latina contaram com governos estáveis de centro-esquerda e esquerda. O ciclo político foi marcado por alguns avanços socioeconômicos, não sem alguma frustração sobre a ampliação da participação política, o fortalecimento de instituições de bem-estar social e o desenvolvimento de qualidade na educação. Como você avalia essa conjuntura de governos progressistas para a construção de projetos de educação de base popular?

Adriana Puiggrós: Acho que é importante superar uma postura que coloca em dúvida as contribuições dos governos nacionalistas populares e de centro-esquerda. Eles são geralmente coalizões políticas cujas articulações funcionam

como condições para deslocar as forças conservadoras e neoliberais. Nas décadas de 2000 e 2010, quase todos os governos em questão investiram recursos importantes em educação, orientaram programas dedicados aos setores populares, alentaram novas experiências, melhoraram a qualidade da educação, lutaram com êxito contra o analfabetismo e contra a evasão escolar e investiram em educação superior e em pesquisa. Os governos neoliberais que os antecederam e sucederam interromperam essa política, abrindo as portas para o mercado da educação. É importante sublinhar que os governos populares colocam o Estado como o principal responsável pela educação, ao passo que conservadores e neoliberais o deslocam, desarticulando os sistemas escolares e privatizando ou terceirizando funções das instituições públicas. Toda política educacional que se pretenda popular deve contar com o Estado como o único sujeito com capacidade de atingir as grandes maiorias do povo.

Felipe Ziotti Narita: A pandemia, na América Latina, aprofunda a crise, que era então latente em muitos países, e escancara as desigualdades de oportunidades e possibilidades. Políticas públicas e políticas compensatórias podem ser eixos fundamentais para lidar com a situação de urgência. Como as políticas de educação podem contribuir para o desenvolvimento social, especialmente tendo em vista a inclusão e os cuidados com os setores mais vulneráveis da população?

Adriana Puiggrós: A pandemia foi somada à crise econômica e social que viviam nossas sociedades. A brecha educacional é somada à brecha social, pois os distintos setores têm acesso desigual às fontes de informação, aos planos de manutenção da escolarização e aos programas educacionais em geral. A desigualdade das conexões à internet é um fator decisivo no aprofundamento da brecha socioeducacional. Por outro lado, foi produzida uma desordem nas rotinas da educação escolar, bem como na educação familiar e comunitária, com um perigoso esfumaçamento da fronteira entre o público e o privado. A superação dessa situação está no fortalecimento das instituições de educação e na implementação de programas universais combinados a programas focalizados aos setores desamparados. Devemos diferenciar essa focalização de sua acepção neoliberal, que é discriminatória. Antes, devemos concebê-la como estender a mão àqueles que ficam excluídos a fim de que recuperem plenamente o direito à educação.

Felipe Ziotti Narita: A formação dos Estados nacionais na América Latina teve como eixo a construção de sistemas públicos de educação. Como esses sistemas ainda podem ser relevantes no século XXI para a produção do público?

Adriana Puiggrós: Os sistemas escolares são as tecnologias de amplo alcance mais democráticas já desenvolvidas. Contrariamente às posturas desescolarizantes, considero que o povo se fortalece na escola pública e sua presença significa um desafio para a sustentação de posturas democráticas. Muitas críticas foram feitas aos sistemas escolares desde os anos 1960, mas a alternativa não pode ser substituí-los pelo mercado da educação. A escola pública é hoje, com o crescimento do poder do mercado, um anteparo à transformação do conhecimento em mercadoria, bem como à distribuição desigual e à concentração dos recursos nas mãos de grandes empresas de mídia, de informática e de editoras.

Felipe Ziotti Narita: Em alguns artigos e livros, você analisa uma crise orgânica nos sistemas escolares latino-americanos nos anos 1990 e 2000, indicando a corrosão da capacidade de transmissão da cultura. Você poderia, por gentileza, apresentar os principais fatores dessa crise? As consequências ainda estão presentes nas sociedades?

Adriana Puiggrós: A crise orgânica dos sistemas escolares, observada desde a década de 1990, tem origem com o avanço das políticas de sucateamento da educação pública. Em muitos países da região, a educação pública foi drasticamente reduzida, tornando-se de fato um componente menor. Avançaram programas de escolas autônomas (*escuelas charter*), vouchers, bônus e créditos de bancos privados para financiar educação, além da “terceirização” de funções relativas à formação docente, à administração escolar e a todo tipo de projetos virtuais. Apenas alguns países, como Argentina e México, conservaram a integridade dos sistemas de educação pública, sobretudo, por causa das lutas dos docentes. Além disso, também devemos considerar outros fatores na crise. Entre eles, a resistência dos sistemas escolares na incorporação de novas tecnologias, particularmente por parte dos educadores. Essa resistência é um fator que joga contra a educação do povo, pois o importante é a apropriação das tecnologias, de modo a não deixar que elas dominem os sujeitos. A situação da pandemia foi, afortunadamente, respondida por muitos docentes que buscaram novas formas de conexão com seus alunos. Isso provocou um avanço no conhecimento da tecnologia e deveria ser sistematizado em programas de governo para a formação de professores.

Recebida em: 09/09/2020

Aprovada em: 13/11/2020